



**A voz do extremo Norte: crise, trabalho e desenvolvimento
nas páginas do jornal *Pinsonia* (1895-1897)**

ADALBERTO PAZ*

Com a frase “Órgão dos interesses do extremo Norte do Brasil”, o jornal *Pinsonia*, lançado na cidade de Macapá em novembro de 1895, anunciava em sua epígrafe o objetivo de se tornar porta-voz das especificidades econômicas, sociais e políticas daquela porção do território nacional, à margem esquerda do rio Amazonas. Desse modo, nos últimos anos do século XIX, o primeiro periódico das terras do Cabo Norte ambicionava ir além do que dar a conhecer os confins da nação, visando obter legitimidade e reconhecimento público aos seus discursos relacionados às distinções fronteiriças e estratégicas do seu lugar de origem.

Em meio às questões e vicissitudes relacionadas aos primeiros anos do regime republicano, o jornal *Pinsonia* buscava dialogar com os dois principais centros de decisão naquele momento, ou seja, o governo estadual em Belém e as instâncias de poder no Rio de Janeiro, alegando urgência na superação do atraso das estruturas produtivas e dos vícios de uma população secularmente arredia ao trabalho regular e “moralizante”. Dessa forma, este trabalho pretende demonstrar que, embora ignorado pela historiografia, o jornal *Pinsonia* constitui uma importante fonte de pesquisa para entender a Amazônia oriental no século XIX, destacando suas condições socioeconômicas de modo geral, ainda que mediadas pelas representações próprias a esse tipo de documento (Cf. LUCA, 2005).

De formato simples, não mais do que quatro páginas e quase sem imagens, o *Pinsonia* mantinha uma estrutura interna bastante comum na sua época. Logo na primeira página constava um editorial, em meio a pequenos anúncios comerciais, além de notas, avisos e comentários. Também era dado destaque à divulgação dos nomes das autoridades públicas locais como intendente, juiz de direito, promotor público, tabeliães, prefeito de segurança, etc. Todo o conteúdo era distribuído entre quatro ou três colunas, geralmente começando com o “expediente” no topo da primeira coluna à esquerda, e distribuindo os textos e seções de maneira irregular, separados por traços de contornos variados até o fim do jornal. Esse padrão estava próximo a outros periódicos contemporâneos ao *Pinsonia* publicados na capital paraense, como “A Província do Pará” e “A República”.

* Professor dos cursos de História da Universidade Federal do Amapá. Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: adalbertojpgaz@gmail.com.

Quanto à sua linha editorial, o jornal afirmava em seu primeiro número não estar “à sombra da bandeira política deste ou daquele partido”¹, e assim reivindicava autonomia para, “franca e sinceramente, dizer o que pensa sobre a marcha política do país, sem temer que o possam acoimar de parcialidade”.² Nesse aspecto, é possível dizer que o *Pinsonia* manteve, de fato, ativa participação no debate amazônico oitocentista sobre questões relacionadas não apenas à política, mas principalmente à produção extrativista e agrícola, comércio, trabalho, infraestrutura e desenvolvimento, discutindo propostas a partir da realidade de cidades como Macapá, Mazagão, incluindo as pequenas vilas do interior da Guiana brasileira, e todas as incontáveis ilhas entre o Marajó e o limite territorial em disputa com a França, o chamado Contestado franco-brasileiro.³

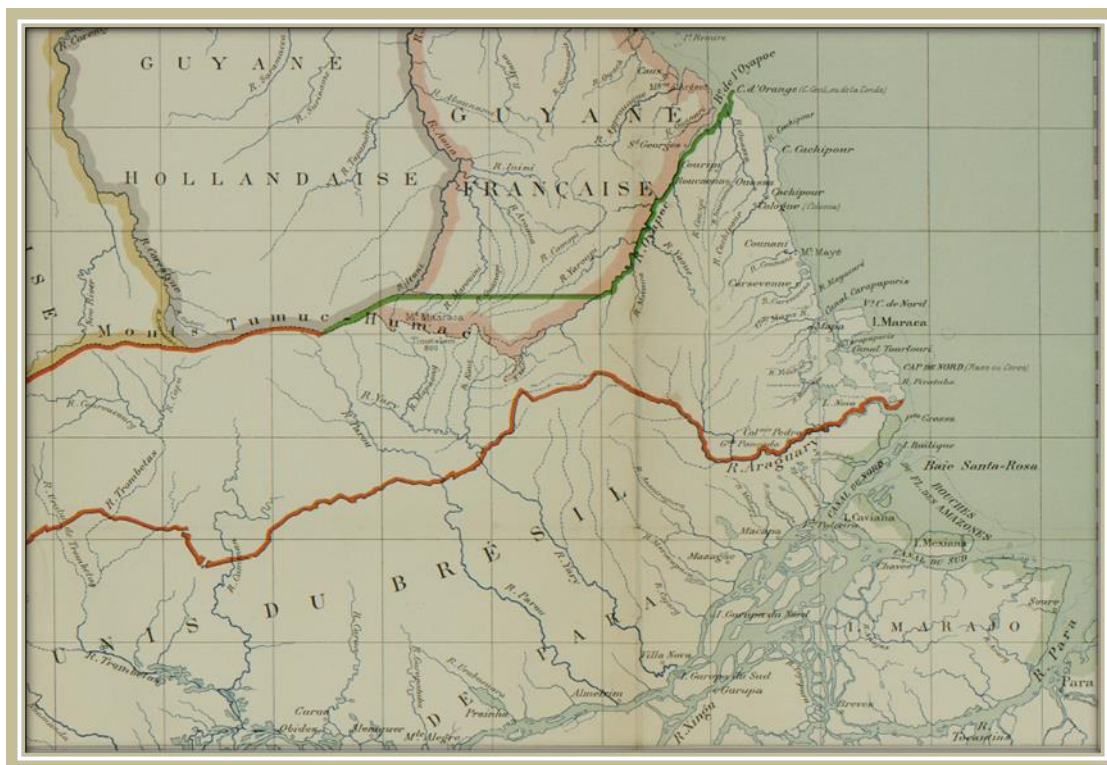
Figura 1: Mapa das terras do Cabo Norte (séc. XIX).⁴

¹ Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém-PA. *Pinsonia*, 15 de novembro de 1895. As citações terão sua ortografia atualizada.

² Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda (doravante BPEL), Macapá-AP. *Pinsonia*, 30 de julho de 1897.

³ O Contestado franco-brasileiro foi uma área localizada entre os rios Araguari e o Oiapoque, no interior do atual estado do Amapá, criada a partir do Tratado de Utrecht, em 1713, e definitivamente incorporada ao Brasil e ao estado do Pará, após o arbitramento da Confederação Suíça, em 1900 (Cf. ROMANI, 2013: 39-48).

⁴ O mapa enfatiza a questão central da diplomacia sobre o Contestado, ou seja, qual teria sido o rio navegado pelo espanhol Vicente Pinzón, em 5 de abril de 1500. O nome “*Pinsonia*”, dessa forma, era um claro posicionamento do jornal a favor das pretensões brasileiras sobre aquele território, ao adotar o nome sugerido por Cândido Mendes, em 1868, para criação de uma unidade administrativa submetida diretamente ao governo central, que compreendia a área entre o rio Amazonas e “os limites setentrionais do Império”. Cf. ALMEIDA, 1868: 32-35. Para os franceses, o rio Vicente Pinzón era o Araguari, mais ao sul (linha de cor laranja) enquanto o Brasil reivindicava como sendo o Oiapoque, mais ao norte (linha de cor verde). Cf. Sentence du Conseil Fédéral Suisse, 1900.



Acima de tudo, a ideia de dar visibilidade aos “interesses do extremo Norte” significava questionar qual vinha sendo o papel desempenhado por essa região, em pleno auge do *boom* econômico proporcionado pela extração da borracha. Por isso, desde seu primeiro número, é notório o esforço feito pelo jornal *Pinsonia* para demonstrar o quanto a situação de Macapá e sua circunvizinhança eram diferentes da riqueza ostentada por cidades como Belém (Cf. SARGES, 2000) e Manaus (Cf. DIAS, 1999), ambas com seus bulevares, palacetes e outras transformações urbanísticas financiadas pelos lucros dos seringais. Nas palavras do próprio *Pinsonia*:

*Conquanto saibamos que nossa linguagem e modo de agir não serão agradáveis a todos, pouco nos importaremos com isso, convictos como sempre estivemos de que a tribuna do jornalista não foi levantada para levantar paixões, nem para satisfazer caprichos de quem quer que seja.*⁵

Dessa forma, a estratégia do jornal era demonstrar o quanto Macapá e seus arredores eram absolutamente prejudicados por dois fatores de origem econômica e política. O primeiro dizia respeito às mudanças que o avanço do extrativismo gomífero teria promovido nas relações de trabalho amazônicas, especialmente quanto à disponibilidade e emprego da mão

⁵ BPEL. *Pinsonia*, 20 de dezembro de 1895.

de obra num contexto pós-emancipação, com reflexos em outras áreas fundamentais como a agricultura e a pecuária. Politicamente, eram recorrentes as queixas do “desprezo” com que eram tratadas as demandas locais, sobretudo aquelas ligadas à infraestrutura de transporte e comunicação.

Os argumentos do Pinsonia não eram de todo infundados, pois a Amazônia setentrional sempre havia imposto grandes desafios – e não raros fracassos – aos esforços de colonização e exploração econômica dos seus recursos. Na segunda metade do século XVIII, quando foram fundadas as vilas de Macapá e Mazagão, o próprio controle excessivo do Estado português sobre “os bens, produtos das plantações e colheitas, criatórios dos animais e, especialmente [ao acesso e utilização] dos seus escravos” (ACEVEDO MARIN, 1999: 40), dificultou a rentabilidade dos empreendimentos. O comércio e o abastecimento das vilas eram regulamentados pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, responsável por conduzir a mudança do eixo econômico baseado na coleta das drogas do sertão para o cultivo do arroz, nos moldes da *plantation* açucareira.

Contudo, a escassez crônica de gêneros alimentícios acabou se tornando um problema demasiadamente frequente e insuperável (FERREIRA, 1998), juntamente com outras questões não menos importantes como a reduzida quantidade de índios e escravos africanos, meios de produção inapropriados, carência de lugar adequado para estocagem, dificuldade de transporte, elevado valor dos escravos, exigência de prestação de serviços militares, etc. A soma de todos esses fatores resultou em estagnação, miséria e fome nos povoados, havendo casos em que “colonos, súditos e defensores dos interesses da coroa, fugiam das vilas em plano idêntico aos índios e escravos” (ACEVEDO MARIN, 1999: 43).

Muitas dessas questões se agravariam em todo o Pará com a eclosão do movimento cabano, entre 1835 e 1840, gerando impactos sobre as relações políticas e econômicas na região amazônica, com substancial prejuízo ao comércio, cuja retomada só se daria paulatinamente ao longo do século XIX, através de medidas importantes como a abertura do rio Amazonas às companhias de navegação internacionais (Cf. LOPES, 2002). Mas, ao que tudo indica, os rearranjos pós-Cabanagem não foram suficientes para impulsionar minimamente o desenvolvimento esperado em Macapá e seu entorno.

Segundo o Pinsonia, no final do século XIX nem mesmo havia um serviço de navegação civil regular e confiável que mitigasse o isolamento geográfico daquela região, uma vez que os rios eram o único caminho possível entre as terras localizadas acima da foz do

Amazonas e o restante do país, por não existir qualquer tipo de ligação terrestre entre o que atualmente corresponde aos atuais estados do Pará e Amapá.⁶ Em 1895, o governo paraense mantinha um contrato com a empresa de navegação *Amazon Steam*, para que fossem realizadas viagens com paradas obrigatórias nos portos de Macapá e uma importante vila no rio Araguari, chamada Espírito Santo do Amapá, no limite do Contestado franco-brasileiro. Porém, o jornal denuncia que:

Além dos justos reclamos que temos a fazer sobre o péssimo serviço desta linha, ainda nos chegamos do Araguari notícias de que o vapor que “Ajudante” tendo entrado lá na sua primeira viagem não mais franqueou a barra daquele rio. Pelo porto desta cidade [Macapá], na descida, passa ele de largo, conduzindo as malas que só entrega quando volta, e isto mesmo quase que por favor, tal é a pressa que diz sempre ter.⁷

Utilizando-se da imagem recorrente do papel estratégico desempenhado pelas “terras do Amapá”, o *Pinsonia* também denunciava que uma importante colônia militar chamada *Pedro II*, estabelecida no rio Araguari desde a década de 1840 e que deveria ser visitada pelo vapor da *Amazon Steam*, estaria correndo o risco de ser abandonada pelo oficial e pelas praças, pois estaria há mais de quatro meses sem comandante. A distância até Macapá, além da precariedade das instalações e insalubridade daquele “longínquo ponto”⁸ eram motivo de deserções, enfermidades e mortes.

Mas, poucos temas mereceram tanto espaço nas edições do *Pinsonia* do que aqueles referentes às relações de trabalho, produção e abastecimento. Em novembro de 1897, o jornal resumiu da seguinte forma as crises intermitentes vividas por Macapá:

Para nenhum povo, a legenda bíblica da explicação do sonho do Faraó, feita por José, pode ter melhor aplicação do que para nós, egípcios equatoriais, para quem o inverno e o verão são duas estações que tem sua fisionomia própria. O tempo das vacas gordas e das espigas cheias, para nós é o inverno, quando a cidade regurgita de povo, e o curral do açougue regurgita de gado. O tempo contrário é o verão, quando a cidade despoeva-se, e os míseros que ficam – os poucos – experimentam então todo o rigor da estação, determinada pela aparição das vacas magras e das espigas chochas, personificadas na falta de alimentação.⁹

⁶ No século XIX, é comum encontrarmos em jornais de outras regiões do país e em correspondências de governo o termo Amapá referindo-se tanto a vila do Espírito Santo do Amapá, quanto às terras da região do Contestado franco-brasileiro, ou mesmo a toda a vasta área entre o rio Amazonas e o Oiapoque. No jornal *Pinsonia*, contudo, o uso se restringe à designação da vila acima mencionada. A história da autonomia administrativa efetiva do Amapá remonta oficialmente ao ano de 1943, quando foi criado um território federal desmembrado do Pará durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, até a sua atual condição de estado federativo a partir de 1988.

⁷ BPEL. Navegação do Amapá. *Pinsonia*, 25 de novembro de 1895.

⁸ BPEL. Araguari. *Pinsonia*, 10 de janeiro de 1896.

⁹ BPEL. Alimentação Pública. *Pinsonia*, 30 de julho de 1897. (destaques em itálico no original).

A metáfora tinha um alvo certo e recorrente: a saída de trabalhadores para os seringais durante os meses da estiagem amazônica, a partir de setembro ou outubro até dezembro. Tratava-se de um movimento migratório sazonal – principalmente para a região do rio Jari, na atual divisa sul e sudoeste do estado do Amapá com o Pará – que já vinha ocorrendo há pelo menos quase três décadas, conforme observou Domingos Soares Ferreira Penna, durante visitas às vilas de Macapá e Mazagão no ano de 1872 (FERREIRA PENNA, 1874:7; 16-17). À parte o envolvimento na extração do látex, era comum os trabalhadores desempenharem outras atividades durante o ano. Essa falta de dedicação a uma única ocupação, e a extrema mobilidade da mão de obra, eram duramente atacadas como a origem dos fracassos na agricultura e na criação de gado, repercutindo na carência de diversos alimentos e na falta de carne verde em Macapá. Em março de 1896, o jornal descrevia o que seria a rotina anual de um trabalhador comum:

Janeiro, [o trabalhador] está na cidade, assistindo festas do Ano Bom, Reis, etc. Daí até fim de fevereiro e metade de março, capina as roças; acabado esse serviço, e até fins de abril, faz farinha para gasto e negócio, transplanta o tabaco e deste cuida até o mês de maio, época da festa de Espírito Santo, que obriga sua presença na cidade, festa que emenda a de São João, São Pedro, etc. Acabadas as festas, mete mãos à fábrica de tabaco, fazer novas roças, e a farinha para levar para o seringal. Todo este trabalho toma até mais de meio setembro, tempo próprio de se aparelharem para ir à cidade, assistir a festa de São José, que termina em meio do mês de outubro, data precisa de recolher-se ao seringal até o dia 20 de dezembro, que tem, por obrigação de costumes, de assistir, na cidade, a festa do nascimento de Cristo. E terminou o ano [...].¹⁰

Duas coisas chamam a atenção no trecho citado. A primeira diz respeito à alegada importância que as festas religiosas ocupavam no calendário das atividades anuais do trabalhador, entremeando um serviço ao outro, definindo os períodos de presença e ausência desses indivíduos na cidade. Não poderia estar mais oposto ao que Ferreira Penna afirmou em seu relatório sobre o cotidiano daquelas populações, quando disse que entre aquelas pessoas somente havia “indiferentismo para tudo quanto não seja de imediata utilidade a seu negócio e a sua família. A instrução e a sociedade, a civilização e a religião, pátria e Deus são objetos que desde então o não incomodam mais!” (FERREIRA PENNA, 1874: 27). Em segundo lugar, vemos os esforços da elite macapaense no sentido de mudar os hábitos da imensa maioria da população pobre, caracterizada pelo nomadismo e pelo trabalho de coleta no interior da floresta, intercalado por atividades em pequenos roçados, fabricação de farinha de mandioca e festas do catolicismo popular urbano.

¹⁰ BPEL. A indústria pastoril. *Pinsonia*, 30 de março de 1896.

Todas essas críticas convergiam para um único ponto: a extensão dos danos sociais e econômicos causados pelo *boom* gomífero às terras do Cabo Norte. Pois, embora o látex e outros produtos extrativistas constituíssem importante fonte de renda aos cofres públicos de Macapá e Mazagão, o jornal *Pinsonia* não hesitou em declarar que “a borracha tem sido para as populações do nosso interior, a ruína moral e material, o embrutecimento e a morte!”.¹¹ Ficavam claras, portanto, as dissensões e a insatisfação que a classe dirigente reunida em torno daquele periódico, e que dizia expressar o pensamento da sociedade macapaense, tinha contra aqueles que celebravam a excessiva dependência do Pará em relação aos dividendos obtidos com o produto da *hevea brasiliensis*. Em tom “profético”, o jornal questionava:

*No dia em que a ciência ou a indústria descobrir um sucedâneo para a borracha, e dispensar de uma vez o único elemento de nossa vida, o que será deste desgraçado povo que não tem mais arte, nem indústria, e que até – ó cúmulo da miséria! – perdeu o hábito do trabalho e com ele a energia característica das raças elevadas?*¹²

Acosados por crises de abastecimento regularmente estabelecidas, os redatores do jornal *Pinsonia* – e certamente muitos outros afinados às suas preocupações - insistiam que deveria ser encontrada uma solução para a incômoda facilidade com que os trabalhadores se deslocavam de um canto a outro, desempenhando funções temporárias “sem contrato escrito, sem responsabilidade alguma”.¹³ A resposta para essa peculiar mobilidade pode ser encontrada na própria relação já mencionada entre os trabalhadores, a floresta e as cidades no extremo norte do país, pois, embora ali estivesse em curso um processo de concentração e até algumas disputas pela posse e propriedade de terras, as formas de trabalho e de vida praticados pela população local – especialmente os ditos tapuios ou caboclos – aparentemente dispensava a fixação e a constituição de laços de dependência rígidos entre patrões e empregados.

Dessa maneira, o afastamento dos trabalhadores de funções mais regulares como a agricultura e a criação de gado, muito provavelmente indicava o envolvimento em outros ofícios disponíveis nos diferentes mundos do trabalho amazônico, como o comércio de mercadorias pelos rios (conhecido como regateio), atividades de pesca ou garimpo, além da tradicional coleta de borracha, castanha-do-pará e demais produtos florestais, ou ainda, que

¹¹ BPEL. Ao cair das folhas. *Pinsonia*, 20 de setembro de 1896.

¹² *Ibidem*.

¹³ BPEL. *Pinsonia*, 30 de março de 1896.

simplesmente havia decidido ir cuidar de seu pequeno roçado de subsistência, no qual certamente haveria alguns pés de mandioca para a produção de farinha.

Isso significa que, dependendo da região entre o rio Amazonas e Oiapoque onde o trabalhador estivesse, ele estaria inclinado a exercer determinada atividade, mas sem necessariamente abrir mão de também realizar outras, de acordo com a época do ano, rentabilidade, e suas próprias escolhas pessoais e familiares. Tudo isso demonstra que a definição do seringueiro que Euclides da Cunha tornou clássica, a partir das suas observações nos rios Purus e Juruá, com sendo o “homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999: 13), constrangido por dívidas de aviamento sob os desmandos de um poderoso seringalista, pode não ter sido a regra em locais distantes das áreas de intensiva extração de látex. Certamente as terras do Amapá tinham as suas peculiaridades, e a circulação de trabalhadores entre os rios, ilhas e florestas desempenhava um papel decisivo nas configurações do trabalho e da economia.

Diante disso, é oportuno mencionar que existe muito a ser feito no sentido de aproximar analiticamente as singularidades do espaço amazônico, evitando-se generalidades que ainda são praticadas por estudiosos nacionais e estrangeiros. Uma das saídas metodológicas para isso passa pelo necessário esforço de comparação, cujo procedimento aplicado à disciplina histórica, segundo Nancy L. Green, nos ajudaria a “testar nossas conclusões e colocá-las em outra perspectiva” (GREEN, 2004: 42). Assim, a comparação nos possibilitaria observar o que unifica a experiência humana, ao mesmo tempo em que poderíamos verificar o que permanece específico a determinados grupos ou indivíduos, independentemente se nos posicionamos em uma escala macro ou micro analítica.

Porém, frente às dimensões continentais amazônicas, não seria exagero dizer que tais pesquisas exigiriam uma postura semelhante àquelas adotadas por uma história transnacional, como, por exemplo, ser familiarizado com uma quantidade imensa de fontes primárias e secundárias. Por outro lado, em acordo com os argumentos de Neville Kirk sobre os desafios e ganhos relacionados à *transnational labor history*, a história da Amazônia também se beneficiaria com o surgimento de novas questões e áreas temáticas, além do estudo de fontes ainda inexploradas e a oportunidade de projetos colaborativos (KIRK, 2011: 20-21).

Da mesma forma, um olhar mais amplo possibilita ao pesquisador avançar no sentido de entender conexões que transcendem o seu recorte espacial analítico. O próprio jornal Pinsonia oferece indícios de manter diálogos e de obter informações a partir de outros

periódicos, cartas, telegramas, e deixou claro que desejava melhorar suas relações e o alcance dos interesses que defendia, depois que o seu redator-chefe, o Coronel Joaquim F. de Mendonça Júnior, tomou posse como deputado da Assembleia Legislativa paraense, em janeiro de 1896. Iniciavam-se, dessa maneira, as relações que uniriam a política e a imprensa nas terras do Cabo Norte.

Em várias edições, o *Pinsonia* se posicionava sobre assuntos internacionais, como as disputas fronteiriças na região das guianas entre Brasil e França, assim como entre a Grã Bretanha e a Venezuela, além de ter apoiado e acompanhado com entusiasmo os eventos da guerra de independência de Cuba. Em alguns eventos nacionais, entretanto, preferiu a cautela. Como na vez em que suspendeu as informações sobre a Guerra de Canudos, por achá-las “muito incertas”, e por desconfiar “das hipotéticas versões que por ali correm, a maior parte fruto da imaginação de noveleiros ociosos”.¹⁴

Contudo, não obstante recebesse jornais de praticamente todas as porções da Amazônia, o *Pinsonia* divulgava poucas notícias acerca daquela região como um todo. Talvez, porque quisesse manter-se o mais próximo possível do seu objetivo, concentrando as suas quatro páginas em temas dedicados aos assuntos locais. Daí limitar-se a reproduzir eventualmente as informações sobre “temas amazônicos” publicadas nos grandes jornais de Belém e Manaus, de acordo com o que julgava mais importante, inédito ou curioso. O que não significava, portanto, que estivesse alheio aos acontecimentos externos a Macapá, e sim que procurava manter seu perfil editorial como “órgão dos interesses do extremo Norte”. Felizmente por isso, conseguimos dispor de uma importante fonte de pesquisa para uma área distante dos grandes centros, e conseqüentemente até agora praticamente desconhecida pela historiografia.

Considerações finais

O jornal *Pinsonia* surge em um momento decisivo da história do Brasil e da Amazônia, durante uma “encruzilhada política e diplomática”, quando o país e a França começaram a negociar a decisão final sobre o território contestado entre as duas nações. Concomitantemente, estavam em voga outros temas fundamentais a respeito de questões

¹⁴ BPEL. Canudos. *Pinsonia*, 25 de agosto de 1897.

como o emprego da mão de obra, imigração, o antigo debate extrativismo versus agricultura e seus efeitos sobre a crise e o abastecimento das cidades localizadas na foz do rio Amazonas.

Diante do importante papel que a imprensa já desempenhava na formação da opinião pública, e ciente da influência dos periódicos nas decisões políticas e econômicas, o *Pinsonia* pretendia representar os interesses de uma classe dirigente situada em uma região periférica nacional e regionalmente, mesmo se considerada em relação ao centro de poder mais próximo localizado em Belém. Contribuíam para essa condição as dificuldades de transporte, comunicação e outras precariedades infraestruturais de Macapá e circunvizinhança.

Por isso, em pleno auge da chamada “economia da borracha”, o jornal criticava energicamente o entusiasmo em torno dos lucros da extração gomífera, apresentando Macapá e seus arredores como símbolo das consequências negativas desse sistema, dentre as quais a falta de braço para a agricultura e a pecuária, causando estagnação, empobrecimento e a constante ameaça da fome nas cidades e vilas. As origens desse suposto dilema estariam em duas extremidades: na incapacidade dos políticos e investidores para tomar decisões além da sua própria ganância e poder; e na falta de ambição dos trabalhadores para obter mais do que o necessário para a sobrevivência.

Ao divulgar suas opiniões, criticar ou elogiar atitudes e conjunturas vigentes em seu período, o jornal *Pinsonia* nos possibilita entender um pouco mais sobre as pessoas que ele buscava representar – incluindo seus próprios editores –, e aqueles com os quais dizia concordar ou discordar, suscitando o debate de ideias sobre os mais variados temas. Nesse sentido, embora se trate de uma fonte ainda totalmente inexplorada, pode sem dúvida contribuir enormemente para o avanço das pesquisas sobre a história da Amazônia no século XIX.

FONTES IMPRESSAS

Jornal *Pinsonia*. Edições de 1895 a 1897. Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda, Macapá-AP.

Jornal *Pinsonia*. Edição de 15 de novembro de 1895. Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém-PA.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomaticho, 1868.

FERREIRA PENNA, Domingos Soares. *Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá*. Belém: Typographia do Diário do Gram Pará, 1874.

Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil: du 1er décembre 1900. Berne : Impr. Staempfli, 1900.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

FERREIRA, Eliana. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

GREEN, Nancy L. Forms of comparison. In: COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (orgs.). *Comparison and history: Europe in cross-national perspective*. Nova York/London: Routledge, 2004.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista*: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855. Dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA- UFPA, Belém, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). *Anais do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH*. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

PAZ, Adalberto. Além do equador, entre “hordas de selvagens”: frentes de ocupação, trabalho e redes de contatos no extremo norte amazônico oitocentista. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 9-29, jun. 2015.

KIRK, Neville. Transnational labor history. In: FINK, Leon (org.). *Workers across the Americas: the transnational turn in labor history*. New York: Oxford University Press, 2011.

ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil!* História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque: (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.